



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
DIRETORIA DE REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO À SAÚDE
DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

SECRETARIA DE ESTADO DE

SAÚDE

PARECER TÉCNICO

1. IDENTIFICAÇÃO

- 1.1. **NOME DO ESTABELECIMENTO:** Centro de Atenção Psicossocial - CAPS
1.2. **RAZÃO SOCIAL:** Prefeitura Municipal de Tarauacá
1.3. **CNPJ:** 34.693.564/0001-79
1.4. **DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES:** 8720-4/99 - Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química e grupos similares não especificadas anteriormente
1.5. **ASSUNTO:** Construção de um CAPS I para o Município de Tarauacá
1.6. **ENDEREÇO:** Rua Raimundo Ramos de Araújo
1.7. **BAIRRO:** Flávio Sampaio
1.9. **CIDADE:** Tarauacá
1.10. **UF:** Acre
1.11. **PAÍS:** Brasil
1.12. **ÁREA:** 351,08m²
1.13. **NATUREZA:** Pública

RESULTADO: APROVADO **DATA:** 30 / 03 / 23

2. OBJETIVO

- 2.1. Analisar o **Projeto Arquitetônico/PBA** (Projeto Básico de Arquitetura) com base nas **Normas Sanitárias e legislações complementares** vigentes para **Alteração e Correção** projetual ou **Adequação e Reforma** da edificação acima mencionada. Visando aprovação, nesse parecer técnico, para dar continuidade nos trâmites para recebimento do alvará.

3. LEGISLAÇÃO REFERIDA

- 3.1. Resolução RDC nº 50/02 – ANVISA/MS, Normas para Projetos Físicos de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde – EAS;
3.2. Resolução RDC nº 189, de 18 de julho de 2003 - Dispõe sobre a Regulamentação dos Procedimentos de Análise, Avaliação e Aprovação dos Projetos Físicos de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde – EAS;
3.3. Norma Brasileira ABNT NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
DIRETORIA DE REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO À SAÚDE
DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

- 3.4. Portaria nº 3.523, de 28 de agosto de 1998 – Vem estabelecendo que para todos os ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo, a obrigatoriedade de elaborar e manter um plano de manutenção, operação e controle dos sistemas de condicionamento de ar;
- 3.5. Resolução - RE nº 9, de 16 de janeiro de 2003 - sobre Padrões Referenciais de Qualidade do Ar Interior em Ambientes Climatizados Artificialmente de Uso Público e Coletivo;
- 3.6. Resolução - RDC Nº 36, de 25 de julho de 2013 - Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências;
- 3.7. Resolução de Diretoria Colegiada - RDC Nº 63, de 25 de novembro de 2011 - Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Saúde;
- 3.8. Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 222, DE 28 DE MARÇO DE 2018 - Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências;
- 3.9. Resolução-RDC Nº 216, de 15 de setembro de 2004 - Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação;
- 3.10. Segurança sanitária: orientações para centros de atenção psicossocial / Maika Arno Roeder; Secretaria de Estado da Saúde. Diretoria de Vigilância Sanitária. – 1º edição, Florianópolis: A Secretaria, 2012;
- 3.11. Manual de Estrutura Física dos Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento: Orientações para Elaboração de Projetos de Construção de CAPS e de UA como lugares da Atenção Psicossocial nos territórios. - Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
- 3.12. Centros de Atenção Psicossocial e Unidades de Acolhimento como lugares da atenção psicossocial nos territórios : orientações para elaboração de projetos de construção, reforma e ampliação de CAPS e de UA / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015.

4. AUTOR DO PROJETO

- 4.1. **ARQUITETO/ENGENHEIRO:** Robson Lucas da Silva Viana
- 4.2. **CAU/CREA:** A2342294



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
DIRETORIA DE REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO À SAÚDE
DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

SECRETARIA DE ESTADO DE

SAÚDE

5. ORIENTAÇÕES

5.1. O projeto arquitetônico do estabelecimento acima mencionado **está de acordo** com as **Normas Sanitárias e legislações complementares** vigentes. No entanto, com base no projeto analisado, algumas **orientações importantes**, com base nos pontos mais **significativos das legislações referidas**, devem ser **apreciadas com atenção** durante a execução/funcionamento do estabelecimento e seguidas **obrigatoriamente**:

5.2. Resolução RDC nº 50/02 – ANVISA/MS, de 21 de fevereiro de 2002

- **Acabamentos de paredes:** áreas críticas e semicríticas devem ser resistentes à lavagem e ao uso de desinfetantes. Materiais de acabamento que tornem as superfícies monolíticas, com o menor número possível de ranhuras ou frestas, mesmo após o uso e limpeza frequente.
- **Acabamentos de piso:** devem ser resistentes à lavagem e ao uso de desinfetantes. Materiais de acabamento que tornem as superfícies monolíticas, com o menor número possível de ranhuras ou frestas, mesmo após o uso e limpeza frequente. Os materiais, cerâmicos ou não, quando usados nas áreas críticas, não podem possuir índice de absorção de água superior a 4% individualmente ou depois de instalados no ambiente, além do que, o rejunte de suas peças, quando existir, também deve ser de material com esse mesmo índice de absorção. O uso de cimento sem qualquer aditivo antiabsorvente para rejunte de peças cerâmicas ou similares, é vedado tanto nas paredes quanto nos pisos das áreas críticas.
- **Acabamentos de rodapés:** a execução da junção entre o rodapé e o piso deve ser de tal forma que permita a completa limpeza do canto formado. Rodapés com arredondamento acentuado, além de serem de difícil execução ou mesmo impróprios para diversos tipos de materiais utilizados para acabamento de pisos, pois não permitem o arredondamento, em nada facilitam o processo de limpeza do local, quer seja ele feito por enceradeiras ou mesmo por rodos ou vassouras envolvidas por panos. Especial atenção deve ser dada a união do rodapé com a parede de modo que os dois estejam alinhados, evitando-se o tradicional ressalto do rodapé que permite o acúmulo de pó e é de difícil limpeza.
- **Acabamentos de forros:** devem ser resistentes à lavagem e ao uso de desinfetantes. Materiais de acabamento que tornem as superfícies monolíticas, com o menor número possível de ranhuras ou frestas, mesmo após o uso e limpeza frequente.

Página 3 de 9



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
DIRETORIA DE REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO À SAÚDE
DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

SECRETARIA DE ESTADO DE

SAÚDE

- **Ralos (esgotos):** todas as áreas "molhadas" (locais que necessitam de limpeza com água ou precisam de escoamento da água durante uma manobra de limpeza do ambiente) devem ter fechos hídricos (sifões) e tampa com fechamento escamoteável.
- **Pias/lavatórios:** localizadas em todos os espaços em que necessita de um alto nível de higiene utilizada apenas para lavagem das mãos;

5.3. Resolução RDC nº 189, de 18 de julho de 2003

- O Serviço de saúde deve apresentar o **projeto de combate a incêndio** (aprovado pelo Corpo de Bombeiros – se for necessário, de acordo com a legislações municipais);
- O Serviço de saúde deve apresentar o **projeto de acessibilidade** (aprovado na prefeitura - se for necessário, de acordo com a legislações municipais) seguindo as orientações da Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- O Serviço de saúde deve apresentar o **projeto Arquitetônico** (aprovado na prefeitura - se for necessário, de acordo com a legislações municipais);
- **Todos os alvarás e aprovações de projetos, por outros órgãos, devem ser apresentados à Vigilância Sanitária, o quanto antes, durante o processo de Licenciamento Sanitário e Processo de Recebimento do Alvará.**

5.4. Norma Brasileira ABNT NBR 9050

- **Todos os ambientes da edificação** onde existir fluxo de pessoas / pacientes / acompanhantes / visitantes **devem ser acessíveis** para livre circulação e uso dos espaços.

5.5. Portaria nº 3.523, de 28 de agosto de 1998

- Art. 5º **Todos os sistemas de climatização devem estar em condições adequadas** de limpeza, manutenção, operação e controle, observadas as determinações, abaixo relacionadas, visando a prevenção de riscos à saúde dos ocupantes:



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
DIRETORIA DE REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO À SAÚDE
DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

- a) manter limpos os componentes do sistema de climatização, tais como: bandejas, serpentinas, umidificadores, ventiladores e dutos, de forma a evitar a difusão ou multiplicação de agentes nocivos à saúde humana e manter a boa qualidade do ar interno.
- b) utilizar, na limpeza dos componentes do sistema de climatização, produtos biodegradáveis devidamente registrados no Ministério da Saúde para esse fim.
- c) verificar periodicamente as condições física dos filtros e mantê-los em condições de operação. Promover a sua substituição quando necessária.
- d) restringir a utilização do compartimento onde está instalada a caixa de mistura do ar de retorno e ar de renovação, ao uso exclusivo do sistema de climatização. É proibido conter no mesmo compartimento materiais, produtos ou utensílios.
- e) preservar a captação de ar externo livre de possíveis fontes poluentes externas que apresentem riscos à saúde humana e dotá-la no mínimo de filtro classe G1 (um), conforme as especificações do Anexo II.
- f) garantir a adequada renovação do ar de interior dos ambientes climatizados, ou seja, no mínimo de 27m³/h/pessoa.
- g) descartar as sujidades sólidas, retiradas do sistema de climatização após a limpeza, acondicionadas em sacos de material resistente e porosidade adequada, para evitar o espalhamento de partículas inaláveis.

5.6. Resolução-re Nº 09, de 16 de janeiro de 2003

- **A Taxa de Renovação do Ar adequada** de ambientes climatizados será, no mínimo, de 27 m³/hora/pessoa, exceto no caso específico de ambientes com alta rotatividade de pessoas. Nestes casos a Taxa de Renovação do Ar mínima será de 17 m³/hora/pessoa, não sendo admitido em qualquer situação que os ambientes possuam uma concentração de CO₂, maior ou igual a estabelecida em IV-2.1, desta Orientação Técnica.
- **Observação - 01:** janelas, basculantes, portas e ar condicionados do tipo split (ou similares) não contabilizam para a Renovação de Ar;
- **Observação - 02:** todos os ambientes que prestem serviços de saúde ou possuam climatização precisam de Renovação de Ar e essa "renovação" pode ser feita com exaustores (retira ar) e insufladores (insere ar). Outras soluções são aceitas, desde que justificadas;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
DIRETORIA DE REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO À SAÚDE
DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

- **Observação - 03:** A renovação de ar por exaustores (retira ar) e insufladores (insere ar) para ambientes que realizem procedimentos clínicos, cirúrgicos, de esterilização, de alguns tipos de processamentos, de limpeza (nas áreas sujas/críticas) e etc, devem possuir filtro HEPA ou similar. Outras soluções são aceitas, desde que justificadas.

5.7. Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 222, DE 28 DE MARÇO DE 2018

- O serviço de saúde deve possuir Plano de Gerenciamento Resíduos de Serviço de Saúde - PGRSS conforme RDC Nº 222, de 28 de março de 2018 - Dispõe sobre Gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde;
- Art. 29 **O abrigo temporário (guarda interna) de RSS deve:**
 - I - ser provido de pisos e paredes revestidos de material resistente, lavável e impermeável;
 - II - possuir ponto de iluminação artificial e de água, tomada elétrica alta e ralo sifonado com tampa;
 - III - quando provido de área de ventilação, esta deve ser dotada de tela de proteção contra roedores e vetores;
 - IV - ter porta de largura compatível com as dimensões dos coletores;
 - V - estar identificado como "ABRIGO TEMPORÁRIO DE RESÍDUOS".
- Art. 30 O armazenamento temporário (nas características da norma) pode ser dispensado no caso em que o fluxo de recolhimento e transporte justifique (por POP ou Memorial de Atividades). **(Mesmo assim é necessário de um espaço de confinamento do lixo (interno ou externo) e indicar sua localização e características no projeto);**
- Art. 34 **O abrigo externo (guarda externa) deve ter, no mínimo, um ambiente para armazenar os coletores dos RSS do Grupo A (Lixo biológico), podendo também conter os RSS do grupo E (perfuro cortantes), e outro ambiente exclusivo para armazenar os coletores de RSS do grupo D (lixo comum).**
- **Art. 35 O abrigo externo (guarda externa) deve (menos o(a) grupo/classe B):**
 - I - permitir fácil acesso às operações do transporte interno;
 - II - permitir fácil acesso aos veículos de coleta externa;
 - III - ser dimensionado com capacidade de armazenagem mínima equivalente à ausência de uma coleta regular, obedecendo à frequência de coleta de cada grupo de RSS;
 - IV - ser construído com piso, paredes e teto de material resistente, lavável e de fácil higienização, com aberturas para ventilação e com tela de proteção contra acesso de vetores;
 - V - ser identificado conforme os Grupos de RSS armazenados;
 - VI - ser de acesso restrito às pessoas envolvidas no manejo de RSS;
 - VII - possuir porta com abertura para fora, provida de proteção inferior contra roedores e vetores, com dimensões compatíveis com as dos coletores utilizados;
 - VIII - ter ponto de iluminação;
 - IX - possuir canaletas para o escoamento dos efluentes de lavagem, direcionada para a rede de esgoto, com ralo sifonado com tampa;
 - X - possuir área coberta (até o abrigo) para pesagem dos RSS, quando couber;**
 - XI - possuir área coberta, com ponto de saída de água, para higienização e limpeza dos coletores utilizados.
- Art. 37 É proibido o armazenamento dos coletores em uso fora de abrigos.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
DIRETORIA DE REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO À SAÚDE
DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

- Parágrafo Único. O armazenamento interno de RSS químico ou rejeito radioativo pode ser feito no local de trabalho onde foram gerados.

5.8. Portaria 83/2000 - Norma Técnica SLU/PBH Nº 002/2000

- **Da obrigatoriedade da instalação do abrigo externo de armazenamento de resíduo sólido:**
- 4.1.1 - As **edificações** e/ou estabelecimentos de serviços de saúde geradores de resíduos sólidos devem dispor de um ou mais abrigos externos de armazenamento de resíduo sólido, de acordo com a quantidade e características dos resíduos gerados, abrangendo:
 - a) as **edificações cuja geração de resíduo sólido comum exceder a 100 (cem) litros diários;**
 - b) os estabelecimentos de serviços de saúde e congêneres cuja geração diária de resíduo sólido for superior a 100 (cem) litros;
 - c) os estabelecimentos de serviços de saúde e congêneres cuja geração diária de resíduo sólido for inferior a 100 (cem);[...]
- **Caso o estabelecimento produza mais de 100 (cem) litros diários, seguir as características seguintes:**
[...]
- **O abrigo externo de armazenamento de resíduo sólido deve apresentar os Seguintes aspectos construtivos:**
 - a) ser construído em alvenaria, fechado, coberto, dotado de aberturas com tela, tipo mosquiteiro, de modo a permitir ventilação:
 - I - natural, com área mínima equivalente a 1/10 (um décimo) da área do piso do abrigo, diretamente através de abertura para o exterior, garagem, pátio coberto ou outro local ventilado permitido;
 - II - artificial, com análise e aprovação do projeto específico;
 - III - para os abrigos de resíduo comum, as portas tipo venezianas podem ser computadas como áreas de ventilação.
 - b) ter paredes e teto revestidos com material liso, resistente, lavável, impermeável e de cor branca;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
DIRETORIA DE REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO À SAÚDE
DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

- c) ter piso resistente a choques e a produtos de ação agressiva, de cor clara, sem degraus, impermeável, antiderrapante, lavável e que permita fácil limpeza e desinfecção;
- d) ter porta com tranca e abertura para fora ou, opcionalmente, porta de correr, dotada de proteção inferior contra o acesso de vetores, ter proteção nas quinas vivas do portal por cantoneiras, ostentar a simbologia de resíduo infectante, quando for este o caso, em local visível, de acordo com a NBR -7500, de janeiro de 1994, da ABNT;
- e) a porta deve possibilitar a fácil e segura passagem dos contenedores, com altura de 2,10 (dois e dez) metros e largura mínima:
 - I - de 1,20 (um e vinte) metros para edificações ou estabelecimentos de serviços de saúde com obrigatoriedade de uso de contenedores;
 - II - de 80 (oitenta) centímetros para as edificações geradoras de resíduos comuns desobrigadas do uso de contenedor;
- f) ter pé direito mínimo de 2,50 (dois e cinquenta) metros;
- g) dispor de ponto de luz e interruptor para iluminação artificial interna e externa;
- h) ser dotado de ponto de água, preferencialmente quente e sob pressão, piso com caimento máximo de 2% em direção ao ralo sifonado com tampa de vedação e ligado à rede coletora de esgoto;
- i) ter espaço suficiente para a fácil retirada do contenedor;
- j) ter espaço externo para operação e manobra dos caminhões coletores, quando a coleta for realizada diretamente no abrigo;
- k) permitir a limpeza e a higienização dos contenedores ou possuir área anexa para tal finalidade, dotada de cobertura, iluminação artificial, ponto de água, preferencialmente quente e sob pressão, piso impermeável e bem drenado e ralo sifonado ligado à rede coletora de esgoto;
- l) ser equipado com extintor de incêndio.

5.9. É obrigatório seguir todos os itens citados nesse documento, pois visitas podem ser feitas futuramente para verificação dos pontos descritos nesse Parecer Técnico.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
DIRETORIA DE REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA E PROMOÇÃO À SAÚDE
DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

6. CONCLUSÃO

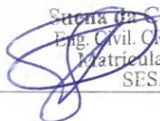
6.1. Análise realizada com base na legislação referida e o PBA (Projeto Básico de Arquitetura) do estabelecimento;


6.2. RESULTADO DA ANÁLISE: **APROVADO**

Rio Branco – Acre, 30 de março de 2023.

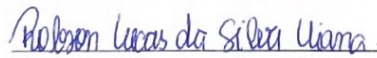
7. TÉCNICO

7.1. APOIO À ANÁLISE


Sílvia da Costa Ferreira
Eng. Civil CREA 7968 D/AC
Matrícula nº 301051
SESACRE


Leandro Passos Cavalcante
ARQUITETO E URBANISTA
CAU: 233307-4

8. CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA


Robinson Lucas da Silva Lima